

	Controladora			
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Total
Em 01 de janeiro de 2016				
Saldo inicial	-	4.264	-	2.426
Adição	891	696	-	1.587
Amortização	-	(2.306)	-	(2.306)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	-	3.547
Em 31 de dezembro de 2016				
Custo	891	9.347	-	10.240
Amortização acumulada	-	(6.693)	-	(6.693)
Saldo contábil, líquido	891	2.654	-	3.547
Em 01 de janeiro de 2017				
Saldo inicial	891	2.654	-	3.547
Adição	556	138	-	694
Transferências	(1.072)	1.072	-	-
Amortização	-	(1.822)	-	(1.822)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	-	2.419
Em 31 de dezembro de 2017				
Custo	375	10.557	-	10.934
Amortização acumulada	-	(8.515)	-	(8.515)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	-	2.419
Taxas anuais de amortização (%)		33,3		

	Consolidado					
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2016						
Saldo inicial	-	4.264	-	4.730	72	9.068
Adição	891	696	-	-	-	1.587
Variação cambial	-	-	(783)	(11)	(794)	-
Amortização	-	(2.306)	-	(10)	(2.316)	-
Saldo contábil, líquido	891	2.654	-	3.947	51	7.545
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	891	9.347	-	2.852	73	13.163
Variação cambial acumulada	-	-	-	1.786	10	1.796
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(6.693)	-	(32)	(6.725)	-
Saldo contábil, líquido	891	2.654	-	3.947	51	7.545
Em 01 de janeiro de 2017						
Saldo inicial	891	2.654	-	3.947	51	7.545
Adição	556	138	-	-	-	694
Transferências	(1.072)	1.072	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	60	-	-	60
Amortização	-	(1.822)	-	-	(9)	(1.831)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	-	4.007	42	6.468
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	375	10.557	-	2.852	73	13.859
Variação cambial acumulada	-	-	-	1.846	10	1.856
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(8.515)	-	-	(41)	(8.556)
Saldo contábil, líquido	375	2.042	-	4.007	42	6.468
Taxas anuais de amortização (%)		33,3		19,3		

(*) Refere-se ao ágio pago pela aquisição de 80% da ThinkInternational, LLC pela BRQ IT Services, Inc., no valor total de US\$2.400.000. Existem intangíveis líquidos de amortização no montante de R\$298 (R\$895 em 31 de dezembro de 2016) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra no final do período, que em média é de 3 anos (vide Nota nº 14). Em 31 de dezembro de 2017, as iniciativas de desenvolvimento de software concentraram-se em uma solução voltada para a melhoria na gestão dos processos internos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

	Controladora		Consolidado		
	Taxa efetiva	2017	2016	2017	2016
Santander	-	-	-	959	1.141
Labor + 2,25% a.a.	-	-	-	959	1.141

O empréstimo do Grupo possui vencimento em até um ano. A movimentação do empréstimo está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	-	2.397	1.141	2.397
Ingressos	-	5.000	-	6.141
Encargos	-	608	34	608
Variação cambial	-	-	16	-
Amortizações e pagamentos de juros	-	(8.005)	(232)	(8.005)
Saldo final	-	-	959	1.141

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*).

	Controladora		Consolidado		
	Taxa efetiva	2017	2016	2017	2016
Leasing - Banco IBM	1,37% a.m.	-	628	-	-
Leasing - Santander	1,11% a 1,22% a.m.	604	243	Equipamentos informática e veículo	604
Circulante	-	275	771	-	-
Não circulante	-	329	100	-	-

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado			
	Valor contábil	Valor nominal	2017	2016	2017	2016
Até um ano	275	771	338	839	-	-
Acima de um ano e até dois anos	200	100	243	119	-	-
Acima de dois anos e até cinco anos	129	-	153	-	-	-
	604	871	734	958	-	-

A movimentação dos financiamentos por arrendamento mercantil da Companhia é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	871	2.906	-	-
Ingressos	606	-	-	-
Encargos	86	366	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(959)	(2.401)	-	-
Saldo final	604	871	-	-

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui ativos, líquidos de depreciação e amortização, no montante de R\$1.128 (R\$1.464 em 31 de dezembro de 2016) obtidos por meio de contratos de arrendamentos mercantis financeiros. Os contratos possuem prazo de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abaixo descritos não incluem no ativo imobilizado e intangível da Companhia (valor residual

João Carlos Rangel Araújo - Contador CRC/RJ 088.085/0-5

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Equipamentos de informática	796	850
Software	238	395
Veículos	94	219
	1.128	1.464

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
IRRF a recolher	2.656	3.192
Programa especial de regularização tributária - PERT (i)	1.359	-
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta ISS a recolher	1.097	1.339
Outros impostos e contribuições a recolher	852	900
	11	19
	5.985	5.450

(i) Conforme informações divulgadas junto a nota explicativa 18. **16. Despesa com imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
(Prejuízo)/lucro antes da apuração do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	2.002	(6.049)	2.002	(6.049)
Prejuízo de exercício resultante das operações descontinuadas	-	(103)	-	(103)
	2.002	(6.152)	2.002	(6.152)
	34%	34%	34%	34%

Alíquota fiscal combinada (Nota 4)
 Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada
 Benefício fiscal - Lei do Bem
 Adições permanentes
 Reversão de impostos diferidos
 Compensação de prejuízo fiscal e base negativa PAT - Programa de alinhamento ao trabalhador
 Adicional de 10% de imposto de renda (Nota 4f)
 Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva
 Corrente
 Diferido
 Benefício fiscal - Lei do Bem
 Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício
 Alíquota efetiva
 A controladora direta BRQ IT Services Inc. e a controladora indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas a tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade é passada para a BRQ IT Services Inc., que está sujeita a tributação do município de Nova York. **17. Programa de Participação nos Resultados - PPR:** A participação nos resultados está prevista em acordo coletivo firmado entre a BRQ e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares nos estados onde a Companhia possui filial. A participação nos resultados depende do atingimento de metas individuais e globais da Companhia. O saldo do Programa de Participação nos Resultados - PPR apresentado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$3.312, refere-se ao exercício em 01 de julho a 31 de dezembro de 2016 e foi liquidado em 01 de abril de 2017. **18. Provisão para contingências:** A Companhia é ré e ajuizada judicial e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Trabalhistas	972	567

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	567	663
Constituição	454	199
Reversão de provisão	(49)	(295)
Saldos no final do exercício	972	567

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Tributárias	110.124	106.619
Trabalhistas	5.911	5.832
	116.035	112.451

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria de Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de PIS e Cofins em determinados meses de 2001 a 2005. Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) com o objetivo de liquidar estes débitos. O valor da dívida consolidada, já considerando os descontos de juros e multa previstos na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017, totaliza R\$1.565 mil. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$206 mil, correspondente às parcelas de agosto a dezembro de 2017, de modo a garantir a efetivação de sua adesão ao referido programa. O saldo remanescente será pago em parcela única em janeiro de 2018. Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (Programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$54.505 (R\$52.864 em 31 de dezembro de 2016). Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$54.396 (R\$48.635 em 31 de dezembro de 2016). Em 30 de junho de 2017 a Companhia obteve uma liminar para manutenção da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) durante o exercício do ano de 2017, nos termos previstos na Lei 12.546/2011, suspendendo o aumento de 20% do INSS previsto na Medida Provisória 774/2017. Em 4 de outubro de 2017, houve o julgamento do agravo de instrumento interposto pela Fazenda Nacional, concedendo efeito suspensivo à referida liminar. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Faturamento antecipado (i)	13.316	10.127
Comissões antecipadas (ii)	487	938
	13.803	11.065
Circulante	13.765	10.577
Não circulante	37	488

(i) O montante registrado em "Faturamento antecipado" refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício, à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica. (ii) Em fevereiro de 2014, a Companhia recebeu o valor de R\$2.213 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operadoras bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente 1/60 do montante total.

20. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito, no montante de R\$54.849, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional: a) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Ações		Ações	
	nominais	% participação	nominais	% participação
BNRestras Participações Ltda.	94.999.905	22,87%	94.999.905	73,08%
NEDSPAS Participações S.A.	29.870.100	22,85%	29.870.100	22,98%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,82%	4.999.995	3,85%
Aquisição por funcionários	129.957.439	99,41%	129.970.482	99,36%
	767.259	0,58%	26.087	0,02%
	130.724.698	100,00%	129.996.569	100,00%

Cada ação ordinária isoladamente, dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, **ações em tesouraria:** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de 767.259 ações ordinárias, no valor de R\$1.083, em função do desligamento de executivos que exerceram suas opções de compra. Estas ações permanecerão em tesouraria e poderão, no futuro, ser entregues a outros beneficiários do plano de opção de ações. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: É constituída, de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender às necessidades de recursos adicionais a fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social. Em 09 de junho de 2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a destinação do valor de R\$1.500, classificado como Reserva de Lucros, para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, a serem pagos em 03 de julho de 2017. Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social. Os dividendos adicionais propostos, no valor de R\$1.362, estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Ordinária e, portanto, não foram reconhecidos como provisão em 31 de dezembro de 2017. Ajustes acumulados de conversão: Desde 1ª de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, a variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão. Plano de opção de compra de ações: O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício. Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sob as ações destinadas aos planos de opções. O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do plano. No dia 02 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções, que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia. Em 29 de abril de 2015, em função da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, foi deliberado, através de ata de AGE, a alteração do regulamento do plano que passou a figurar como "Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias". O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Período de maturação	Prazo de extinção
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 30% após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 30% após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 30% após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 30% após 4 anos	8 anos
Total	8.226.514				

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passaram a ser negociadas em bolsa. Além disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial, apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária devida e tem dever de venda conjunta (*drag along*) neste caso a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante. O valor justo do plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%

(*) Baseado no cupom de IPCA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a emissão de 728.123 ações ordinárias, no valor de R\$393.0. Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do "Plano", calculado na data da outorga, registrado durante o exercício de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Os custos de remuneração é

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas e serviços prestados	325.764	369.110	343.321	388.867
Impostos sobre vendas	(34.694)	(38.622)	(34.694)	(38.622)
Receita líquida	291.070	330.488	308.627	350.245

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Com pessoal	(225.000)	(257.802)	(232.772)	(265.195)
Com licenças e serviços de suporte técnico	(7.487)	(7.804)	(7.487)	(7.804)